

Lula volta a criticar reajuste eleitoreiro do salário mínimo

Presidente não poupou críticas à oposição e mostrou que poderá vetar a medida

Do Rio

O presidente Luiz Ignácio Lula da Silva disse ontem que a votação na Câmara dos Deputados que elevou esta semana para 16,7% o reajuste das aposentadorias e pensões do INSS superiores a um salário mínimo não foi séria. Ele atribuiu a derrota do Governo a interesses eleitorais da oposição, disse que não se deve brincar na política e demonstrou que vai vetar a medida.

"A votação do salário mínimo no Congresso não foi uma coisa séria. O que estava lá para ser votado era um acordo que tinha sido feito pela primeira vez na História do Brasil com todas as centrais sindicais e todos os aposentados representados por elas. De repente alguém resolve que aquilo pode ser bom eleitoralmente e vota favorável. Colocar R\$ 8 bilhões de gastos a mais na Previdência, que já está estourada em 40 bilhões, é no mínimo pouco respeitável com o povo", queixou-se o presidente.

A crítica foi feita ontem no lançamento de uma linha de financiamento para caminhoneiros. Para afirmar que não abrirá mão da austeridade até o fim do mandato, o presidente Lula se disse contra fazer "proselitismo com a economia em época de eleição".

Ele lembrou as dificuldades da manutenção do controle da inflação e o contingenciamento do primeiro ano de Governo e mandou um recado para os que vêm no desafio da reeleição o aumento dos gastos do Governo

Ricardo Stuckert/ABR



Lula: "Votação do salário mínimo não foi uma coisa séria"

diante do desafio da reeleição.

"Quero dizer que não haverá da minha parte nenhum gesto que coloque em risco a seriedade da estabilidade da economia brasileira e da política fiscal dura por conta da eleição. As coisas serão feitas com a mesma tranquilidade com que estamos fazendo até agora", frisou.

Sobre os que se queixam do câmbio, brincou que sua sala se transformara numa sacristia diante dos pedidos dos que querem o dólar mais alto e mais baixo e disse que nenhuma mudança se dará por decreto, medida provisória, ou simplesmente presunção.

Pesquisa

O presidente comemorou pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que identificou o crescimento de 14,1% na renda dos mais pobres e atribuiu o resultado aos programas do Governo Federal, numa demonstração, segundo ele, de que é possível gastar com o social sem abrir mão de uma política fiscal séria.

"A política social forte dá resultado. Mesmo que as pessoas falem contra, um dia ela aparece. Não adianta. Se uma pessoa tomar café da manhã, almoçar e jantar todo dia, por mais desnu-

trida que ela estiver, um dia vai aparecer gordinha".

Lula também citou a estimativa de que 94% das crianças brasileiras atendidas pelo Bolsa-Família estão comendo três vezes por dia e anunciou que está próximo de alcançar a meta estabelecida no início de seu Governo: a de que todo brasileiro poderá fazer três refeições diárias.

"Vai acontecer porque paramos de ver algumas asneiras historicamente ditas nesse País de que cuidar de pobre é gasto. Era proibido cuidar de pobre", discursou o presidente. Para Lula, os resultados mostram que, mesmo com crescimento econômico baixo, é possível distribuir renda.

"Mudamos um pouco a regra do jogo de que era preciso primeiro crescer para depois distribuir. Vivemos isso durante 30 anos nesse País. Obviamente que não tem como distribuir se não cresce. Mas, por menor que seja o crescimento, se houver uma política justa de distribuição, essa distribuição por si só vai permitir o crescimento. Foi o que aconteceu nesse País", disse o presidente em seu discurso.

Ele citou ainda com acertos a popularização do crédito consignado. O presidente traçou um panorama otimista no qual o Brasil tem "a casa arrumada" para uma ofensiva de desenvolvimento.

Lula disse que o País não precisa mais recorrer a organismos como o FMI para fechar as contas e goza de boa reputação internacional. "Já chegamos até aqui, vamos continuar. Estamos no começo, vamos atravessar. Mas não vamos atravessar de forma esbaforida. Vamos dar braçadas devagar, com calma, até chegarmos a um porto seguro que este País merece". (Agência Estado)